

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR E SUA IMPLICAÇÃO NO PROCESSO DA AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA¹

TANIA APARECIDA CARNELOSE²

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações teóricas referentes ao processo da aquisição da leitura e da escrita e sobre a atuação do professor alfabetizador e implicações neste processo. É um tema bem discutido que nos últimos anos, têm evidenciado múltiplos olhares sobre as práticas pedagógicas, teorias da alfabetização e principalmente a atuação do professor alfabetizador. O interesse por esse assunto se deu pelo fato de observarmos o alto índice de alunos que concluem o Ensino Fundamental sem dominar o Sistema alfabético. O estudo e reflexão permearão sobre o seguinte questionamento: Como deve ser a atuação do professor alfabetizador para facilitar o processo da aquisição da leitura e da escrita? Para isso foi utilizada a metodologia qualitativa, fundamentada em referenciais bibliográficos de autores que tratam o tema.

Palavras-chave: Alfabetização; leitura e escrita; professor alfabetizador.

1. INTRODUÇÃO

Assuntos relacionados com alfabetização, sobretudo com métodos e práticas pedagógicas de alfabetização, sempre foram e continuaram sendo objeto de intenso debate e discussão tanto no mundo político como no mundo acadêmico. Pois atualmente,

políticas e práticas de alfabetização estão envoltas num emaranhado de temas complexo relacionados com as condições gerais de funcionamento das escolas. Isso tem a ver com currículo, formação de professores e sua atuação, providências de materiais didáticos, métodos e práticas de alfabetização e gestão escolar.

Quanto a aprendizagem da leitura e da escrita deve levar em conta que antes mesmo de inserir na escola as crianças já estão efetivamente fazendo parte do mundo letrado. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil orienta a “articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do conhecimento cultural”. Sendo assim, é necessário entender que desde muito cedo as crianças estão em plena fase de investigação da linguagem oral e escrita que é de fundamental importância na sociedade.

Considerando a importância do assunto que é a alfabetização foi que surgiu o interesse em analisar e refletir sobre a atuação pedagógica do professor alfabetizador que melhor contribui para eficácia do processo da aquisição da leitura

¹ Trabalho de pesquisa na área da Educação, especificamente na aquisição da leitura e escrita.

² Professora da rede municipal de ensino do Município de Sapezal, licenciada em pedagogia e pós graduada em Metodologia do Ensino fundamental e Gestão/AJES, taniacarnelese@hotmail.com.

escrita. Permeado pela curiosidade de saber: Como deve ser a atuação do professor alfabetizador para facilitar o processo da aquisição da leitura e escrita? Tendo em vista que a atuação pedagógica do professor é um dos fatores relevantes que influencia na aprendizagem da leitura e da escrita.

A pesquisa apropria-se de um estudo bibliográfico embasado em autores como: Vygotsky, Emilia Ferreiro, Eglê Franchi, Artur Gomes de Morais, Ana Brandão e outros autores que tratam especificamente o tema Alfabetização.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROPRIAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA

A criança está inserida no meio da linguagem desde seu nascimento com os balbucios, choros, gestos tudo que possibilita a se comunicar, com essa efetivação a criança apropria-se gradativamente a fala e amplia seu vocabulário diante das vivências de comunicação em seu dia a dia.

Vygotsky reconhece em seus estudos que “a história da escrita na criança começa muito antes de um professor colocar um lápis em sua mão e começar a lhe ensinar o desenho das letras”.

Segundo Vygotsky,

[...] para uma criança aprender a ler e escrever, duas condições deviam ser cumpridas. Como primeira condição, a criança devia discriminar entre as coisas com as quais gostaria de brincar ou que gostaria de possuir e aquelas que têm um valor utilitário ou instrumental, coisas que têm só porque servem de meio para conseguir outras, isto é, possuem um significado funcional. Como segunda condição, a crianças devia ser capaz de controlar seu próprio comportamento, por meio de ajudas ou instrumentos. (VYGOTSKY. apud. LANDSMANN.1993.p.157).

Pois, segundo o autor, na relação da criança com o mundo, só quando ela estabelece essa diferenciação e desenvolve relações funcionais com as coisas que as rodeiam, poderemos dizer que seu desenvolvimento cultural começou. Para Vygotsky o desenvolvimento cultural começará com a instrução do adulto, fundamentalmente na escola.

Brasil, (1997)

[...] Apesar de apresentadas como dois sub-blocos, é necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento — a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno construir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e

escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita. (BRASIL,1997,p.40).

Assim, a leitura e a escrita devem ser trabalhadas de forma integrada e complementar e para isso deve propor atividades que fazem sentido para as crianças as que promovam a curiosidade.

Segundo Ferreiro (2003),

[...] As crianças são facilmente alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade aos que dedicam seus melhores esforços intelectuais). (FERREIRO, 2003, .p. 25).

Para autora não significa que esse processo de aquisição da língua escrita seja de forma natural e espontâneo, que o professor se limite a ser um espectador passivo, nem que seja suficiente rodear a criança de livros para que aprenda sozinha.

Ferreiro (2003),

É um processo difícil para a criança, mas não mais difícil que outros processos de aquisição de conhecimento. É um processo que exige acesso à informação socialmente veiculada, já que muitas das propriedades da língua escrita só se podem descobrir através de outros informantes e da participação em atos sociais onde a escrita sirva para fins específicos. Não é um processo linear, mas um processo com períodos precisos de organização, para cada um dos quais existem situações conflitivas que podem antecipar-se. (FERREIRO, 2003, p. 32).

A autora explica que esse conflito têm um papel construtivo no processo de aprendizagem e que o trabalho do professor é crucial na identificação das dificuldades e problemas que se apresentam. Problemas que devem ser enfrentados pelas crianças, os quais terão que resolverem para chegar a entender quais são as regras de construção internas do sistema.

Brandão aponta que desde cedo é necessário aproximar as crianças da leitura e da escrita em um contexto funcional e significativo para elas, apresentando duas alternativas concretas nesta direção.

Para Brandão (2011) dois eixos de trabalho são precisos:

[...] Apropriação do sistema alfabético de escrita- atividades que promovam a compreensão do funcionamento do sistema de escrita alfabético e o desenvolvimento da consciência fonológica; Letramento – atividades que promovam aprendizagens sobre diferentes gêneros discursivos orais e escritos que circulam socialmente e suas características (finalidades,

conteúdos, estilo e composição próprios, suportes, destinatários e esferas de circulação). (BRANDÃO, 2011, p. 23).

Entende que diante do grau de letramento no ambiente em que a criança está inserida implicará em suas reflexões e curiosidade referente a função da escrita e seus significados.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) aponta que “Pesquisas na área da linguagem tendem a reconhecer que o processo de letramento está associado tanto à construção dos discursos oral como discurso escrito. Principalmente nos meios urbanos, grande parte das crianças, desde pequenas, estão em contato com a linguagem escrita por meio de seus diferentes portadores de textos, como livros, jornais, embalagens, cartazes, placas de ônibus etc., iniciando-se no conhecimento desses materiais gráficos antes mesmo de ingressarem na instituição educativa, não esperando a permissão dos adultos para começarem a pensar sobre a escrita e seus usos.

Segundo o Referencial (1998):

[...] Para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso significa que alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever ler por si mesmas. (BRASIL, 1998, p. 123).

A complexibilidade desse processo está associada ao fato de a escrita ser um sistema de representação da realidade extremamente sofisticado, que se constitui num conjunto de “símbolos de segunda ordem, os símbolos escritos funcionam como designações dos símbolos verbais. A compreensão da linguagem escrita é efetuada, primeiramente, através da linguagem falada: no entanto, gradualmente essa via é reduzida, abreviada, e a linguagem falada desaparece como intermediário” (Vygotsky, 1984, p. 131).

Vygotsky (1984), aponta que a linguagem escrita é um sistema de símbolo e signos, denominado pelo autor como simbolismos de segunda ordem, isto porque, para se chegar neste, a criança passa antes pelos simbolismos de primeira ordem que são o gesto, o brinquedo, o desenho e a fala.

O gesto é signo visual inicial que contém a futura escrita da criança. Os gestos são a escrita no ar, e os signos escritos são, frequentemente, simples gestos que foram fixados. É mencionada, ainda, a ligação entre os gestos e a escrita pictográfica ou pictória, e mostra que os gestos figurativos denotam simplesmente a reprodução de um signo gráfico, por outro lado, os signos são a fixação de gestos. O brinquedo é a segunda fase que une os gestos à linguagem escrita é a dos jogos das crianças. Para elas alguns objetos podem de pronto denotar outros, substituindo-os e tornando-se seus signos. Não é importante o grau de similaridade entre as coisas com que se brinca e o objeto denotado, o mais importante é a utilização de alguns objetos como o brinquedo e a possibilidade de executar com eles um gesto representativo. Já o desenho começa quando a linguagem falada já teve grande progresso, pois esta auxiliará na interpretação dos desenhos que as crianças fazem. Primeiramente, as mesmas desenham apenas de memória, não desenham o que vem, mas sim o que conhecem, e estes desenhos têm por base a linguagem verbal, que é o primeiro estágio, do desenvolvimento da linguagem escrita.

Vygotsky (1984) faz importantes críticas a visão, presente tanto na Psicologia como na Pedagogia, que considera o aprendizado da escrita apenas como habilidade motora:

[...] Ensina-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal" (Vygotsky, 1984 p. 119).

Emília Ferreiro assim como Vygotsky (1984), considera que mesmo antes da entrada na escola as crianças já sabem muito a respeito da linguagem oral escrita, por fazerem parte do mundo letrado e cultural, ou seja, para Ferreiro, (2011) muito antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças tentam interpretar os diversos textos que encontram ao seu redor (livros, embalagens comerciais, cartazes de rua), títulos (anúncios de televisão, histórias em quadrinhos, etc.).

Para Ferreiro (2003),

Embora o aprendizado da língua escrita não seja exatamente similar ao da língua oral, é útil prosseguir com o contraste entre as atividades sociais frente às duas aprendizagens. No caso da aprendizagem da língua oral, os adultos que rodeiam a criança manifestam entusiasmo quando ela faz suas

primeiras tentativas para comunicar-se oralmente. Ninguém espera que, desde a primeira palavra emitida, a pronúncia seja correta. Ninguém espera que, desde as primeiras combinações de palavras que tente produzir, a síntese seja perfeita. Todos tentam compreender o que a criança disse supondo que quis dizer algo, e dão feedback linguístico ao responder as suas perguntas parafraseando, quando parece necessário, a emissão infantil, isto é, retraduzindo no código adulto o significado identificado na emissão infantil".(Ferreiro, 2003. p.30.).

No caso da língua escrita, o comportamento da comunidade escolar é marcadamente oposto. Quando a criança faz suas primeiras tentativas para escrever e desqualificada de imediato porque faz garatujas. Desde as primeiras escritas o traçado deve ser correto e a ortografia convencional. Ninguém tenta compreender o que a criança quis escrever, porque supõe que não possa escrever nada até ter recebido a instrução formal pertinente. Ninguém tenta retraduzir o que a criança escreveu, porque lhe nega o direito de aproximar-se da escrita por um caminho diferente do indicado pelo método escolhido pelo professor.

Segundo Ferreiro (2003)

Em língua oral permitimos à criança que se engane ao produzir, tanto quanto ao interpretar, e que aprenda através de suas tentativas para falar e para entender a fala dos outros. Em língua escrita todas as metodologias tradicionais penalizam continuamente o erro, supondo que só se aprende através da reprodução correta, e que é melhor não tentar escrever, nem ler, se não está condições de evitar o erro. A consequência inevitável é a inibição: as crianças não tentam ler nem escrever e, portanto, não aprendem. (Ferreiro, 2003, p.31).

Diante disso é necessário que o professor alfabetizador oportunize a criança a tentar escrever, criar suas hipóteses de escrita e assim descobrir a forma formal da escrita como representação da fala.

2.1 A atuação do professor alfabetizador e práticas pedagógicas que melhor facilitam no processo da aquisição da leitura e da escrita

Considerando os apontamentos de Vygotsky (1984), Ferreiro (2003) e demais autores percebe o tanto que é necessário a investigação, pesquisa e estudos por parte dos educadores no que se refere à gênese da escrita, ou seja, como acontece a aprendizagem da leitura e escrita nas crianças. É preciso entender a construção que as crianças já têm antes da entrada na escola, pois muitos educadores desconhecem ou desconsideram esses processos de construção da escrita

desenvolvida pelas crianças e que as participações de experiências culturais não são isoladas.

Franchi (2012) faz referencia sobre os aspectos relevantes, para o aprendizado da escrita e da oralidade e da pratica e atuação do professor alfabetizador.

Franch (2012),

O professor alfabetizador é, de todos, o que enfrenta os maiores problemas linguísticos, e todos de uma vez. Tem, por isso, que aliar seu trabalho de professor a uma vocação de pesquisador da linguagem. Não se trata de uma pesquisa científica, no sentido acadêmico do termo. (FRANCHI, 2012, p. 51).

Isso significa que o professor alfabetizador deve refletir sempre sua pratica pedagógica e métodos utilizados por ele, pois, deve estar sempre estudando melhores formas para aguçar a curiosidade do educando para acontecer a aprendizagem.

O professor alfabetizador precisam disponibilizar momentos para as crianças fazerem suas tentativas de escrita e de leitura para que ocorra a construção da aprendizagem da leitura e da escrita, usando para isso vários recursos e atividades prazerosas que sejam significativas para as crianças.

Ferreiro (2003) faz referencia sobre a consciência fonológica e a sua importância no processo da aquisição da leitura e escrita, pois para ela é uma habilidade de suma importância na aquisição do letramento, que deve ser levado em consideração pelo professor alfabetizador. Não ocorre unicamente, nem isoladamente, mas, sim, interligada as outras habilidades e evolui com o processo de aprendizagem.

Ferreiro (2003),

[...] A alfabetização passa a ser uma tarefa interessante, que dá lugar a reflexão e a muita discussão em grupo. A língua escrita se converte num objeto de ação e não de contemplação. É possível aproximar-se dela sem medo, porque se pode agir sobre ela, transformá-la e recriá-la. É precisamente a transformação e a recriação que permitem uma real apropriação. (FERREIRO. 2003.p.47).

Sendo assim, para autora os professores que se atrevem a dar liberdade as crianças brincarem de escrita e que dá oportunidade as crianças a falarem

“descobrem rapidamente que seu trabalho se torna mais interessante e mais divertido” (2003.p.51).

Para Brandão (2011) as atividades de jogos e rimas como: as canções rimadas, as brincadeiras com parlendas e a leitura de poemas que brincam com sons das palavras são adequadas para as crianças da pré-escola e alfabetização. Ressaltam a autoras que os jogos e as atividades de análise fonológica permitem, de modo mais específico, uma reflexão sobre a dimensão sonora das palavras e a possibilidade de encontrar semelhanças e diferenças entre elas, em relação aos sons e não apenas em relação aos seus significados.

Morais (2012) assim como Brandão, aborda sobre a importância das brincadeiras e atividades envolvendo jogos, na sala de aula, que promovem a reflexão sobre partes orais e partes escritas. Pois segundo o autor muitos tem visto os benefícios de explorarmos os textos poéticos da tradição oral como as cantigas, parlendas. As quais as crianças conhecem ou aprende de cor e que são parte da cultura do brincar.

Para Brandão (2011) o papel do professor vai além de criar um contexto significativo para a produção escrita. É imprescindível que o mesmo assuma uma postura mediadora durante todo o processo, consciente dos objetivos didáticos que pretende alcançar com o seu grupo de crianças, bem como refletindo sobre os meios que utiliza para alcança-los.

Franchi (2012) expõe

[...] que, sem desconsiderar os aspectos conceituais do saber já construídos pelas crianças, o ensino/aprendizagem da leitura e escrita é um processo de construção de novos conhecimentos e, além disso, envolve aspectos técnicos que exigem treinamento e método, sendo assim é claramente equivocado tanto reduzir esta prática a uma escolha de método, quanto retirar dela o que tem de manipulação, de atividade circunscrita. (FRANCHI. 2012.p.104.).

Conforme Franchi (2012) é necessário, pois, recolocar na reflexão teórico-pedagógico sobre a alfabetização a questão dos conteúdos e retomar as preocupações sobre com criar, sala de aula, condições ideais de ensino/aprendizagem, enquanto prática orientada e planejada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados referenciais bibliográficos expostos neste estudo mostram que a aquisição da leitura e da escrita está relacionado às experiências das crianças com o seu convívio e com o grau de oportunidades em participação no mundo letrado, social e cultural. Sendo assim, a escola tem o papel de complementar a efetivação dessa aquisição através da atuação e prática do professor alfabetizador, pois é função do mesmo oportunizar as crianças por meio de atividades lúdicas, pensar e refletir sobre o funcionamento da escrita alfabética e vivenciarem diferentes práticas de leitura e de escrita, onde serão desafiadas e estimuladas a se envolverem com a língua escrita, e, nesse envolvimento, elas estarão construindo conhecimentos importantes para o processo de alfabetização.

É imprescindível que o professor assuma uma postura mediadora durante todo o processo, consciente dos objetivos didáticos que pretende alcançar com o seu grupo de crianças, bem como refletindo sobre os meios que utiliza para alcançá-los, avaliando e reavaliando sua prática e seu planejamento.

Referente às práticas que melhor facilitam à leitura e a escrita, destacam-se aquelas que priorizam a ludicidade e o prazer da criança em fazer, as que proporcionam significado. Diante disso cabe ao professor alfabetizador em analisar e avaliar cada grupo que está sendo alfabetizado e oferecer atividades que ultrapassam questões puramente metodológicas que estabelecem relações entre a oralidade e a escrita, ou seja, os processos pelos quais passam os aprendizes para que se possa, a partir desse conhecimento, definir estratégias de ensino e conduzir o processo de ensino da leitura e da escrita.

Vale ressaltar, que a investigação de como a criança aprende a ler e a escrever e quais práticas e atuações do professor que melhores facilitam, ainda merecem mais estudos e aprofundamentos, especificamente a relação da linguagem oral com a linguagem escrita, pois, ainda é um desafio.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. **Aprendizagem da linguagem escrita; Processos evolutivos e implicações didáticas.** 3ª ed. Barcelona: Editorial Antropos, 1993.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo praticas pedagógicas.** 2 ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para educação Infantil.** 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as Letras.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Emilia. **Alfabetização em Processo.** 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANCHI, Eglê. **Pedagogia do Alfabetizar Letrando: da oralidade à escrita.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. **Aprendizagem da Linguagem Escrita.** 3 ed. Barcelona: editora ática, 2006.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética.** 1 ed. Editora Melhoramentos Ltda, 2012

REGO, T. C. **Vygotsky: Uma Perspectiva Historico-Cultural da Educação.** 9 ed. Petropolis-RJ: editora vozes, 1995.

VYGOTSKY, Lev.S., Luria, A.R., Leontiev, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 9 ed. São Paulo: Editora Ícone, 2001.